

Auto de Infração nº 223/96-47

Processo nº 44000.000755/2011-41

Recurso de Ofício

Recorrente: Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC

Recorrida: PREVSAN – Fundação de Assistência e Previdência dos Empregados da Saneago

Relator: Luiz Gonzaga Marinho Brandão

Relatório

1. Cuida-se de Reconstituição de Autos do processo nº 44000.008654/1996-63, originário do Auto de Infração nº 223/96-47, de 08.10.1996, lavrado contra a PREVSAN – Fundação de Assistência e Previdência dos Empregados da Saneago (“Prevsan”). Os autos do processo foram extraviados enquanto tramitavam pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), à época competente para analisar e julgar o Recurso de Ofício interposto pela SPC, sem que o referido Colegiado tivesse se pronunciado sobre ele.

2. A Secretaria Executiva da Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC) constatou que, em 1999, foram encaminhados 9 (nove) processos ao ex-Conselheiro Titular, Júlio César de Araujo Nogueira, conforme Ofícios nº 48, 56, 90 e 99/SPC/CGPC, dentre os quais o Recurso ora reconstituído.

3. Após pesquisas, a Secretaria Executiva da CRPC localizou as cópias dos seguintes documentos desse processo:

Auto de Infração nº 223/96-47, de 08.10.1996, tendo como autuado a Prevsan por suposta infração ao artigo 41 da Lei nº 6.435, de 15.07.77, combinado com o artigo 2º do Decreto nº 1.317, de 29.11.94, pois a entidade teria causado embaraço à fiscalização, por não apresentar a totalidade a custódia de títulos de renda variável durante o processo de fiscalização.



Decisão-Notificação nº 129/99, de 31.05.1999, na qual a SPC, após análise das defesas julgado improcedente o AI nº 223/96-47 e recorreu de ofício para a CGPC.

4. Realizada reunião com o ex-Conselheiro Titular e seu suplente, Eduardo Pereira, a Secretaria Executiva do CGPC comprometeu-se lhes encaminhar cópia de atas, degravações de sessões, ofícios e folhas do livro protocolo, o que foi feito em 01.06.2009, sendo que, até 14.03.2011, segundo Nota Técnica nº 01/2011/CRPC/SPPC, não houve manifestação dos ex-conselheiros.

5. Em 17.03.2011 (fl. 4), o Sr. Presidente da CRPC, Paulo César dos Santos, determinou fossem enviados os documentos de cada um dos 9 (nove) processos para a PREVIC, para que esta inserisse nos autos os documentos existentes naquele órgão para fins de reconstituição dos autos.

6. Todas as áreas técnicas da PREVIC manifestaram-se no sentido de que não encontraram quaisquer documentos que pudessem auxiliar na reconstituição dos autos (fls. 16 a 28).

7. Em 13.07.2011, foi expedido Ofício nº 5584/CRPC/SPPC/MPS (fl. 27 e 28), no qual a Prevsan foi informada da reconstituição dos autos e lhe foi solicitado que encaminhasse eventuais documentos que julgasse necessários para fins de reconstituição dos autos.

8. Em 27.07.2011, a Prevsan, em resposta (fl. 32 a 88), apresentou petição pleiteando o reconhecimento da prescrição Inter corrente, a aplicação do § 2º do artigo 22 do Decreto nº 4.942/03. Adicionalmente, encaminhou cópia dos documentos que compuseram o auto de infração, consistentes em:

- a. cópia da impugnação (defesa) apresentada (fls. 35 a 36), na qual sustentou que os documentos que não foram apresentados à fiscalização ainda estavam em posse dos bancos;
- b. cópia da análise da impugnação (condutor da Decisão Notificação) (fls. 37 e 38), na qual a área técnica da SPC propôs a anulação do AI, dado que pairavam dúvidas acerca da efetiva falta de apresentação das custódias pela entidade;
- c. cópia da Decisão Notificação nº 128/99 (fl. 39), já relatada;
- d. cópia das custódias (fls. 40 a 87), que teriam deixado de ser apresentadas.

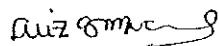


9. Na 15ª Reunião Ordinária da CRPC, ocorrida em 15.06.2011, estes autos de reconstituição foram sorteados para a minha relatoria.

10. Vleram os autos conclusos.

É o relatório.

São Paulo, 17 de novembro de 2011.



Luiz Gonzaga Marinho Brandão
Conselheiro

Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC

Auto de Infração nº 223/96-47

Processo nº 44000.000755/2011-41

Recurso de Ofício

Recorrente: Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC

Recorrida: PREVSAN – Fundação de Assistência e Previdência dos Empregados da Saneago

Relator: Luiz Gonzaga Marinho Brandão

Voto

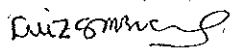
1. Conforme se constata da leitura do relatório, é inequívoca a ocorrência da prescrição intercorrente no âmbito do antigo CGPC (Conselho de Gestão de Previdência Complementar), sucedido por esta CRPC (Câmara de Recursos de Previdência Complementar) no que se refere à competência de julgamento de recursos administrativos contra decisões da SPC, atual PREVIC, dado que o processo ora reconstituído permaneceu pendente de julgamento desde o ano de 1999.
2. Nos termos do artigo 32 do Decreto 4.942/03, bem como do parágrafo 1º do artigo 1º da Lei 9.873/99, ocorre *"a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação"*.
3. Ademais, mesmo que não houvesse ocorrido a prescrição intercorrente, a presente reconstituição dos autos não conta com os relatórios que deram suporte ao Auto de Infração ou mesmo à Decisão-Notificação, de modo que não seria possível a correta análise dos fatos tidos por irregulares.
4. Ante o exposto, com base nos documentos deste processo de reconstituição de autos, reconheço a ocorrência da prescrição intercorrente no processo nº

44000.008654/1996-63, originário do Auto de Infração nº 223/96-47, de 08.10.1996, lavrado contra a PREVSAN – Fundação de Assistência e Previdência dos Empregados da Saneago e, por consequência, determino o arquivamento do processo, sem prejuízo das providências administrativas que a Presidência deste CRPC ou mesmo da PREVIC entenderem cabíveis.

5. Caso prevaleça o ponto de vista expresso neste voto, proponho a seguinte ementa para o acórdão que decidir os presentes recursos:

Reconstituição de Autos - Recurso de Ofício - paralisação dos autos no âmbito da CGPC, atual CRPC, por mais de 3 (três) anos (desde 1999) - Inequivoca ocorrência de prescrição intercorrente - Julgamento pelo reconhecimento da prescrição intercorrente e determinação de arquivamento dos autos do processo 44000.008654/1996-63, originário do Auto de Infração nº 223/96-47, de 08.10.1996, sem prejuízo de providências administrativas cabíveis.

São Paulo, 06 de dezembro de 2011.



Luiz Gonzaga Marinho Brandão

Conselheiro

Conselho de Recursos da Previdência Complementar - CRPC

Resultado de Julgamento

Reunião e Data: 19ª Reunião Ordinária - 6 de dezembro de 2011

Relator: Luiz Gonzaga Marinho Brandão

Processos: 44000.000755/2011-41

Recorrente/Entidade: Prevsan - Fundação de e Previdência dos Empregados da Saneago

Auto de Infração nº: 223/96-47

Decisão Notificação nº: 128/99

Voto do Relator: "... Ante o exposto, com base nos documentos deste processo de reconstituição de autos, reconheço a ocorrência da prescrição intercorrente no processo nº 44000.008654/1996-63, originário do Auto de Infração nº 223/96-47, de 08.10.1996, lavrado contra a PREVSAN – Fundação de Assistência e Previdência dos Empregados da Saneago e, por consequência, determino o arquivamento do processo, sem prejuízo das providências administrativas que a Presidência deste CRPC ou mesmo da PREVIC entenderem cabíveis.

Representantes	Votos
ITAMAR PRESTES RUSSO (Participantes e assistidos de planos de benefícios das EFPC)	Acompanha o voto do relator
LUÍS RICARDO MARCONDES MARTINS (Entidades Fechadas de Previdência Complementar)	Acompanha o voto do relator
DANIEL PULINO (Servidores federais titulares de cargo efetivo)	Acompanha o voto do relator
MARIA BATISTA DA SILVA (Servidores federais titulares de cargo efetivo)	Acompanha o voto do relator
ALFREDO SULZBACHER WONDRAECK Servidores federais titulares de cargo efetivo)	Acompanha o voto do relator
PAULO CESAR DOS SANTOS (Presidente)	Acompanha o voto do relator

Sustentação Oral:

Resultado: Por unanimidade de votos, a Câmara de Recursos da Previdência Complementar, conheceu do recurso, acolheu a preliminar de prescrição intercorrente e determinou o arquivamento dos autos do processo.

Brasília, 6 de dezembro de 2011.



PAULO CESAR DOS SANTOS

Presidente